



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11232 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 12 - Currículo

**A FUNÇÃO DA ETAPA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA NARRATIVA DA BNCC:
SENTIDOS DE SOCIALIZAÇÃO ESTRUTURADA**

Danielle Luzia Ramos de Moraes Navarro - UEMS/UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL

Maria Aparecida Lima dos Santos - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

**A FUNÇÃO DA ETAPA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA NARRATIVA DA BNCC:
SENTIDOS DE *SOCIALIZAÇÃO ESTRUTURADA***

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017), na busca de fixação de sentidos, opera com híbridos e recontextualizações (LOPES, 2006; GABRIEL, 2015) que, ao nosso ver, vêm procurando colocar a educação pública a serviço de projetos que pregam a mercantilização da educação. Nessa política curricular, utilizam-se estratégias discursivas de significação/fixação de sentidos e a incorporação de temáticas sociais no contexto de um projeto ideológico fundamentado na perspectiva neoliberal e na interculturalidade funcional, contribuindo para a manutenção e perpetuação de subalternização existentes e investindo pouco na superação dos elementos que efetivamente determinam as desigualdades (SANTOS; SANTOS; SANTOS, 2021).

Esses elementos fortalecem a necessidade de se investigar os sentidos que têm sido movidos nas propostas curriculares voltadas à Educação Infantil no que se refere à função da desta etapa educativa.

Considerando a afirmativa de que “o modelo de interpretação dominante é aquele que vê a política institucional do Estado [...] como capaz de direcionar a estrutura econômica da

sociedade e, portanto, suas relações sociais” e assim tende a desconsiderar as particularidades das “políticas na produção de conhecimento e de cultura” é que pretendemos identificar e compreender as funções da etapa de Educação Infantil apresentados na narrativa da BNCC (LOPES, 2006, p. 35) a partir do exame dos sentidos de *socialização estruturada* que flutuam nesse documento.

A produção de vazios na relação conhecimento-Educação Infantil

Na pesquisa de viés qualitativo (GHEDIN; FRANCO, 2011) e de caráter documental (SILVA et al, 2009), ao analisarmos a narrativa da BNCC, elegemos duas passagens (quadros 01 e 2), que fornecem pistas da concepção de Educação Infantil que circula no documento.

Quadro 01 - Definição de Educação Infantil na narrativa da BNCC
Como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada
Fonte: BRASIL, 2017, p. 36 (grifos nossos).

No trecho acima, a narrativa associa os significantes *Educação Infantil* e *socialização estruturada* para expressar uma possível primeira separação entre a criança e sua família, seguida de sua inserção em outro contexto social. O significante *socialização estruturada* pareceu-nos importante pelo fato de abordar a ideia de socialização como processo de acesso a conhecimentos sistematizados já nessa etapa da escolaridade.

Na passagem acima, o significante *socialização estruturada* tem seu sentido construído em oposição a *vínculos afetivos familiares*. Dessa forma, pode-se pensar que nessa narrativa se aponta que a socialização ocorrida fora da escola não é estruturada. Mas, apesar de se definir pelo seu negativo - corte antagônico (BURITY, 2020) -, não encontramos pistas que pudessem explicitar o que caracterizaria essa *estrutura*, configurando um significante vazio, permitindo que diferentes sentidos possam ser mobilizados para preenchê-lo. Temos então a instituição de um discurso pela ? articulação que se dá em torno de um significante genérico, aglutinador de sentidos (MATHEUS; LOPES, 2014), que, no caso da BNCC, parece ser preenchido por novos sentidos.

O termo *socialização estruturada* utilizado no trecho do quadro 01 supõe a etapa da Educação Infantil como um local na qual acontecem as relações sociais estruturadas, mas como um complemento familiar (quadro 2). Podemos perceber que o jogo de palavras e informações direcionam os sentidos dos termos e produzem uma narrativa que nos faz

conceber a Educação Infantil primeiramente como local no qual acontece a socialização estruturada, deixando em segundo plano o conhecimento (LOPES, 2006).

Observemos como a narrativa aborda o ensino na Educação Infantil, no trecho, indicado no quadro 02.

Quadro 02 - Função da Educação Infantil na narrativa da BNCC
Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar .
Fonte: BRASIL, 2017, p. 36 (grifos nossos).

Nesse trecho, a expressão *educação familiar* sem fundamentação ou referências a outro documento que a defina, instituindo, por decorrência, um vazio. Nesse contexto discursivo, observa-se a instituição de um híbrido que potencializa o afastamento de sentidos relacionados aos fundamentos da concepção de Educação Infantil presente em outros documentos, como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998).

Além de explicitar que a Educação Infantil tem como desígnio propiciar o desenvolvimento integral da criança nesta etapa escolar, o RCNEI (BRASIL, 1998) destaca que deve haver “complementaridade entre as instituições de educação infantil e a família” (BRASIL, 1998a, p. 11). Reportando a Lei de Diretrizes e Bases, a educação infantil “[...] tem como finalidade o desenvolvimento integral [...], complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996). De acordo com a Política Nacional de Educação Infantil (BRASIL, 1994) “a Educação Infantil é oferecida “[...] em complementação à ação da família” (BRASIL, 1994, p. 15). Em nenhum dos trechos de documentos oficiais da Educação Infantil no Brasil - cito PNEI (1994), LDB (1996) e RCNEI (1998) - é feita menção à *educação familiar*, mas sim a *ação da família* e com *complementaridade entre as instituições de educação infantil e a família*.

Considerando que a Educação Infantil não se resume a uma complementação do que a criança *recebe da família*, mas sim uma *educação estruturada*, ministrada por profissionais capacitados e especializados, percebemos a flutuação de um sentido de *educação familiar* apontado na BNCC (BRASIL, 1998a, p. 36) com vistas a promover um afastamento do conhecimento na etapa inicial da vida escolar da criança.

Portanto, a Educação Infantil, espaço de *socialização estruturada* no qual a criança se apropria e sistematiza conteúdos e experiências vividas, tem seu papel social constituído

para muito além da complementação da ação familiar. É nessa etapa educacional que a criança tem os primeiros contatos com um espaço de socialização dos conhecimentos, produção cultural e desenvolvimento da consciência crítica” e também é nesse período que o educando da Educação Infantil aprende a se ver como uma “criança concreta, pertencente a um contexto particular, construtora de sua história e seu saber” (GUEDES, 2002, p. 39).

Considerações finais

Pudemos identificar híbridos que circulam na narrativa da BNCC que fortalecem sentidos que circulam em projetos que concebem a Educação Infantil ofertada pelo sistema público de ensino deva ser subordinada à educação familiar.

Foi possível observar que a função da Educação Infantil que fundamenta a BNCC destoa daquela apresentada nas DCNEIs (BRASIL, 2010), que trazem a concepção de criança agora como “sujeito histórico e de direitos”, cujo desenvolvimento integral se consolida “[...] nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia” por meio das quais a criança “[...] constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (BRASIL, 2010, p. 12).

Logo, o acesso ao conhecimento - que é concebida nas DCNEI como um direito já nesta etapa educativa por possibilitar o desenvolvimento da criança enquanto sujeito histórico - acaba preterido e secundarizado na relação Educação Infantil/educação familiar que fundamenta o sentido de *socialização estruturada*, um híbrido que permite recontextualizações que aproximamos fundamentos da BNCC de uma perspectiva neoliberal.

Palavras-Chave: BNCC; Educação Infantil; Currículo; Fluxo de sentidos e Recontextualização; Hibridismo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Educação Infantil/** Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação de Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1994.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Vol. 1/ Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão final. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em:

[curricular-bncc](#)>. Acesso em: 27 jun. 2020.

BURITY, Joanildo. **Desconstrução, hegemonia e democracia**: o pós-marxismo de Ernesto Laclau. Recife: INPSO: FUNDAJ, 1997. Disponível em:

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/dipes-fundaj/20121129013954/joan7.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre a alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1990.

GABRIEL, Carmen Teresa. Jogos do tempo e processos de identificação hegemônicos nos textos curriculares de História. In: **Revista História Hoje**, v. 4, nº 8 / 2015. Departamento de História e Geografia da Universidade de São Paulo (USP): São Paulo: USP, 2015, p. 32-56. Disponível em: <<https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/193/141>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

GUEDES, Adrienne O.; BARREIROS, Tereza Cristina. Cartas sobre leitura e escrita na pré-escola ou a formação de narradores: uma paixão nas entrelinhas. *In*: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel; NUNES, Maria Fernanda; GUIMARÃES, Daniela. **Infância e Educação Infantil**. 2. ed. Sonia Kramer, Maria Isabel Leite, Maria Fernanda Nunes, (orgs.) - Coleção Prática Pedagógica. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro Franco. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. Coleção docência em Formação/Série saberes pedagógicos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Alice Casimiro. Discursos nas Políticas de Currículo. **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 33-52, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/lopes.pdf>. Acesso em: 02 set. 2021.

MATHEUS, Danielle dos Santos; LOPES, Alice Casimiro. Sentidos de Qualidade na Política de Currículo (2003-2012). **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 337-357, abr./jun. 2014. Disponível em: www.ufrgs.br/edu_realidade Acesso em: 11 ju.2022.

SANTOS, Maria Aparecida Lima dos; SANTOS, Lourival dos SANTOS; Janaína Soares Cecílio dos. Ensino de História para a (re)educação das relações raciais: processos de significação e produção de sentidos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *In*: **Revista História & Ensino**. Londrina/PR Artigo no prelo [aceito para publicação para o volume 26, n. 2, 2021].

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da et al. Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. *In*: **Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, 9, 2009; Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 3, 2009, Curitiba. Anais... Curitiba: PUCPR, 2009.